

Riscos do descontrole

Em discurso ontem, no Chile, o presidente Fernando Henrique Cardoso traçou um panorama otimista da economia brasileira mas isolou como maior preocupação o equilíbrio das finanças públicas. Enquanto o poder central se empenha em tornar administráveis as contas da União e estimula os estados a formalizarem compromissos com idêntico objetivo, esse esforço não chega a repercutir na intensidade que seria de se esperar na maioria das unidades da Federação. Mais difícil ainda se torna, na visão do Presidente, controlar as contas dos municípios. Fernando Henrique Cardoso foi claro: a União não partirá para a gastança mesmo levando em conta que 1998 é um ano eleitoral, mas não pode colocar a mão no fogo pelos demais níveis de poder.

O insaciável apetite dos governantes estaduais e municipais por verbas não costuma se render às orientações que o Governo Federal fornece. O furor perdula-

rio, porém, torna-se definitivamente desestabilizador quando se chega a um ano eleitoral. Qualquer controle que não seja a consciência individual do detentor do poder deixa de mostrar resultados quando o universo a ser acompanhado se compõe de 27 unidades da Federação e algo em torno de 5.700 municípios. Para que a situação evolua, seria necessário que os governos estaduais seguissem o exemplo da União, mantendo o maior rigor possível com suas contas, e estimulando os municípios a fazerem o mesmo.

Velhas práticas e remotos vícios teimam a se manifestar nas vizinhanças do poder quando se aproxima um período eleitoral. Com o propósito de "fazer o sucessor", que agora pode também significar reeleger-se, governadores e prefeitos desprezam a mais elementares noções de austeridade e passam a efetuar gastos descontroladamente comprometedores. Conduzem o poder público à síndrome da pe-

núria pós-eleitoral que desestrutura as administrações e restringe a oferta de benefícios à coletividade.

Pelo menos duas forças de considerável poder tendem a se contrapor à preocupação manifestada pelo presidente da República de que estes anacrônicos hábitos voltem a se manifestar com a intensidade de sempre. O eleitorado cada vez menos deixa-se enganar por atitudes mesquinhas ou bravatas que transferem seus ônus para o conjunto da sociedade. Mas deve-se esperar efeito especial da decisão do Governo Federal de não dar folga ao esbanjamento irresponsável, deixando claro que os excessos não serão tolerados nas futuras prestações de contas, caso estados e municípios venham a precisar se socorrer junto ao poder central. Um argumento que ganha maior consistência quando se lembra que muitos dos atuais detentores de mandatos almejam se manter no poder.